

MERCADO PARA CONTADORES EVOLUI E ESTIMULA A ESPECIALIZAÇÃO



Os contadores têm uma boa notícia para comemorar: o mercado de trabalho da área atravessa uma fase de crescimento. Na empresa de consultoria KPMG foi registrado um aumento de 20% da demanda na área de auditoria nos últimos dois anos e firma projeta crescimento semelhante para 2006. Para a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (ANPAC), o interesse em funções de auditoria no setor público está crescendo: o último concurso para auditor-fiscal registrou 76.158 inscrições. Já a Escola de Administração

Fazendária (ESAF) registrou nos últimos seis anos a participação de 7.234 pessoas em concursos de Contabilidade para disputar um total de 100 vagas.

Mas há motivos para preocupação: a área apresenta novas demandas e quem não se adaptar pode ficar para trás. É quase consenso entre os entrevistados que a resposta para esse desafio é a especialização. Muitos profissionais ainda não atentam para a formação complementar e podem perder as chances abertas pela globalização, pela onda de transparência pública e as novas exigências legais do setor privado.

Para o jornalista Jaime Matos, editor da revista Razão Contábil, a profissão de contabilista está em voga no mundo inteiro, menos no Brasil. "A atenção dos contabilistas brasileiros é essencialmente concentrada na área tributária. Com isso, o profissional fica com uma visão 'DARFista' da contabilidade, fazendo só Imposto de Renda", resume Matos. Para se ter uma idéia da carência em especialização, a proporção de pessoas com doutorado em relação ao total de profissionais é hoje de um para 2 mil.

Caso isso não ocorra, o futuro para a profissão pode ser ameaçador: a extinção. Pelo menos é o que teme o professor da USP Nelson Carvalho, uma das autoridades nacionais em contabilidade e presidente do Conselho Consultivo do International Accounting Standards Board (IASB). O vácuo seria ocupado por economistas, administradores e engenheiros especializados em economia societária. Não é essa, porém, a opinião da consultora da empresa de recrutamento Catho Online, Meire Fujimoto: "Às vezes ouvimos dizer que a profissão de contador será extinta em breve, por causa da velha imagem do profissional que apenas registra as movimentações no livro-caixa. O contador não só continuará a existir, como terá sua participação ampliada", diz. "A informatização facilitou as atividades".

Os impostos constituem um dos principais motivos do recrutamento de auditores, mas o setor tributário é apenas uma das muitas áreas da auditoria, que variam de contábeis e trabalhistas até ambientais. Para atuar nesse campo é preciso inscrição no CRC e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). De acordo com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), para assinar um balanço financeiro também é necessário registro no Cadastro Nacional de Auditores (CNAI), hoje com 1.579 inscritos. Oswaldo Basile, presidente do Instituto dos Auditores Internos do Brasil (Audibra), confirma que o mercado está aquecido. Se antes pequenas e médias empresas preocupavam-se pouco com controles internos, hoje também buscam auditorias para manter a ordem financeira. O professor José Ricardo Siqueira, da UFRJ, destaca outro campo carente de atenção: o do acadêmico em Contabilidade. Além do professor, ele destaca a figura do pesquisador, por entender que "vasto é seu campo de atuação, pois diversos são os desafios. Uma área que tem demandado maior aprofundamento é a de contabilidade de óleo e gás. O pesquisador surge assim como proponente de opções harmonizadoras para práticas divergentes".

A trajetória de um maestro dos números

O economista Alan Greenspan ficou 17 anos à frente do Federal Reserve (FED), o Banco Central americano, uma das instituições econômicas mais notórias do mundo. Manteve-se no cargo durante mandatos de vários presidentes e marcou época com seu estilo heterodoxo de comandar números que podiam influenciar as finanças de todo o planeta. O jornalista Bob Woodward, um dos responsáveis por revelar o escândalo Watergate na década de 70, conta esta história em Maestro - como Alan Greenspan comanda a economia americana e mundial.



EDITORIAL

Balancos públicos e a tal da transparência!

Lino Martins da Silva

Ao revisitarmos Chamfort - que no século XVIII, recuperado por Machado de Assis (1839-1908), deu-nos a célebre definição de que a sociedade se compõe de duas classes, "uma que tem mais apetite que jantares, outra que tem mais jantares que apetite" - é fora de dúvida que todo o processo de controle do patrimônio público deve partir do estudo dos fenômenos e transações que o afetam. Deve existir uma necessária integração (e harmonização) na interpretação dos fatos administrativos, uma vez que a ausência de uniformidade pode ensejar a expedição de demonstrações contábeis e de relatórios de auditoria que, além de pecarem pela ausência de homogeneidade na interpretação dos fenômenos econômicos e financeiros, provocam variações positivas ou negativas na riqueza patrimonial sem a indispensável transparência perante o cidadão.

Esta situação decorre da inexistência, até hoje, da Comissão de Gestão Fiscal prevista em artigo do texto original da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que teria competência para editar normas de uniformização do sistema contábil e orçamentário. Na ausência dessa Comissão, o sistema contábil brasileiro ficou sem patrocínio, em que pese o esforço da Secretaria do Tesouro Nacional, pois diversos Tribunais de Contas, Assembléias Legislativas, Câmaras dos Vereadores e Procuradorias Gerais de Justiça têm entendimentos diversos sobre matérias idênticas.

As disparidades vão desde as regras relativas à apropriação do Imposto de Renda Retido na Fonte, à contribuição previdenciária patronal, ao lançamento da receita e provisão para perdas na dívida ativa até à diversidade de conceitos sobre Receita Corrente Líquida e o entendimento de um órgão do Ministério Público de que a apropriação de suas despesas de pessoal deve ser feita pelo valor da folha com a exclusão do Imposto de Renda Retido na Fonte: o argumento é que tal retenção é recolhida ao Tesouro como Receita nos termos constitucionais.

Tais interpretações não devem ser objeto de discussão por parte dos responsáveis pelo sistema contábil. Em princípio, estão dentro da competência de cada órgão. Mas - a continuar a situação - não será difícil vislumbrar que, em médio prazo, as demonstrações e estatísticas consolidadas da área pública ficarão cada vez mais herméticas e obscuras devido principalmente à ausência de convergência e homogeneidade das transações nos aspectos da sua existência efetiva, da integridade, da avaliação, da classificação, da oportunidade e, finalmente, da transparência, que tem como corolário principal a consistência de dados e informações expostos à análise e interpretação do seu público: o cidadão.

A normatização constitui o movimento para a uniformidade, enquanto a harmonização é entendida como um processo em que se avança da diversidade para a comparabilidade. Por isso é recomendável a

recuperação das normas, hoje fortemente afetadas pela inexistência da Comissão de Gestão Fiscal. A comparabilidade da informação contábil somente será garantida quando os registros ou os eventos individuais tiverem tratamento uniforme em todas as demonstrações orçamentárias e contábeis do patrimônio público.

É urgente, portanto, a criação desse órgão previsto na origem da LRF para ser responsável pela harmonização e normatização do sistema orçamentário público. Apenas uma Comissão do gênero poderá evitar que se amplie a diversidade de interpretações extravagantes e enviesadas, editadas sem o julgamento dos verdadeiros responsáveis pelo acompanhamento das movimentações orçamentárias que, no final do exercício, dão origem às contas da gestão que mais tarde servirão de base para a consolidação das contas nacionais.

O combate à corrupção na América Latina*

* 2a parte de levantamento junto a entidades de controle da corrupção em 10 países da América Latina



Em 2005 o Banco Mundial divulgou os Indicadores de Governança 1996-2004, índice que mede seis itens de governabilidade, entre eles o controle da corrupção. Participaram da análise 209 países. Das nações estudadas, 16 da América Latina tiveram o quesito controle da corrupção classificado como baixo: o país latino-americano pior classificado foi o Haiti, com um ponto, em uma escala de zero a cem.

Dados do Barômetro da Corrupção 2005, de autoria da Transparência Internacional, indicam que partidos políticos, parlamentos, polícia e poder judicial são as instituições mais corruptas para a sociedade latino-americana. Foram entrevistadas 54.260 pessoas em 69 países (15 da América Latina), entre os meses de maio e outubro de 2005. Quando perguntado sobre o nível de corrupção nos últimos três anos, a resposta foi que havia aumentado muito, em 13 dos 15 países da América

Latina. A intenção do Barômetro é entender de que maneira a corrupção afeta a vida de pessoas comuns. O Brasil não foi pesquisado.

Apesar dos índices desfavoráveis o combate à corrupção está sendo intensificado na América Latina. Na República Dominicana, o Departamento de Prevenção à Corrupção Administrativa (DPCA), subordinado à Procuradoria Geral da República, tem como missão executar medidas de ética e transparência na área pública, além de incentivar os cidadãos a denunciarem atos de corrupção e o mau uso dos recursos públicos. A Comissão Nacional de Ética e Combate à Corrupção, criada em 2005, é formada por representantes do governo, da sociedade civil, do setor empresarial e de igrejas católicas e evangélicas.

O combate a esse crime na Argentina foi delegado à Oficina Anticorrupção (OA), implantada em 1999 e dividida em duas direções: Investigações e Planificação de Políticas de Transparência. O organismo é encarregado da elaboração de programas anticorrupção e pode investigar qualquer repartição do governo federal, autarquias e instituições que tenham no Estado a principal fonte de recursos financeiros. Para Abel Ortiz de Rozas, titular da OA, o país possui um dos melhores sistemas de controle patrimonial do continente de funcionários do Executivo. Em 2005 a Oficina iniciou 850 investigações, das quais 115 foram encaminhadas à Justiça. Atualmente intervém como denunciante em 75 causas. Rozas reconhece, no entanto, que "a lentidão da Justiça para emitir sentenças definitivas é um dos pontos pendentes frente aos cidadãos". No caso do Equador, a Controladoria Geral (em conjunto com Ministério Público, Força Pública e Comissão de Controle Cívico da Corrupção) é responsável por ações anticorrupção e de controle externo, fiscalização e auditorias. A direção jurídica da instituição admite que o número de investigações poderia ser mais representativo se a classe política intensificasse o combate à corrupção por meio da conscientização nacional. Em 2004 foi firmado convênio entre a Controladoria Geral e o "Sim se pode", programa sem fins

lucrativos apoiado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento. O projeto tem como meta combater a corrupção e a impunidade, bem como agenciar programas para melhorar as condições de prevenção e investigação de atos ilícitos e capacitação profissional, além do mapeamento das áreas críticas.

O governo de Honduras criou o Conselho Nacional Anticorrupção, integrado por associações de municípios, de meios de comunicação, de trabalhadores e campesinas. Os diretores do Conselho Moises Lopez e Cesar Santos informam que o combate à corrupção aumentou recentemente, na medida em que as organizações civis passaram a exigir a prestação de contas do governo. Eles reconhecem que ainda há muito a fazer para que o combate a esse tipo de crime seja ideal. "A cultura da corrupção predomina em nosso país. Tivemos muitos êxitos, mas falta a aprovação da lei de acesso à informação e transparência e uma maior cooperação do setor privado", avaliam.

No Uruguai, entre as medidas adotadas no combate à corrupção estão a apresentação de declarações de patrimônio dos funcionários públicos, uma lei anticorrupção e a regulamentação das Normas de Conduta da Função Pública. "Como marco de uma atitude pró-ativa do Estado, fortaleceu-se o papel da auditoria interna no controle da gestão de diversos organismos", diz Ricardo Gil, presidente do conselho diretivo do Centro de Capacitação em Prevenção à Lavagem de Ativos e coordenador nacional do Grupo de Ação Financeira da América do Sul contra Lavagem de Ativos (Gafisud). Para Gil o Uruguai precisa de organismos específicos de controle em alguns âmbitos e mecanismos eficientes para canalizar denúncias dos cidadãos e cruzar as informações existentes com os níveis de vida dos funcionários públicos, "o que permitiria detectar enriquecimentos de origem duvidosa".

O combate à corrupção na América Latina*

A Controladoria Geral da República da Bolívia, por sua vez, realiza fiscalizações, auditorias e cuida da prestação de contas dos funcionários públicos, além de capacitá-los para o manejo correto do dinheiro público. "Em 2007 terá início a verificação das declarações de bens e rendas de todos os funcionários públicos", informa o controlador geral Osvaldo Gutiérrez Ortiz. Ele cita ainda o Programa Integral Anticorrupção (PIA), criado com "um organismo de coordenação permanente que há de permitir que muitos casos de corrupção com responsabilidade civil (dano econômico ao Estado) cujos recursos não tenham sido recuperados pelo Estado voltem a ser investigados antes que prescrevam". Compõem o PIA fiscais e auditores de órgãos do governo federal. O controlador geral reconhece que os níveis de corrupção ainda são altos no país, mas ressalta a melhoria na gestão e na utilização dos recursos públicos.



Participação popular

O combate à corrupção não é função exclusiva do Estado. Os representantes dos países concordam que os cidadãos têm papel importante na luta contra esse crime, seja por meio de denúncias ou fiscalizando o poder público para que atos corruptos sejam evitados.

Luiz Azevedo, da OEA, acredita que o cidadão e a sociedade organizada têm missão fundamental na fiscalização do poder público. "A própria Convenção Interamericana contra a Corrupção destaca como medidas preventivas à corrupção sistemas de proteção aos denunciantes de boa-fé e a necessidade de estimular a participação da sociedade e de organizações não-governamentais nos esforços para prevenir a corrupção", afirma.

Para a peruana Noemí Peirano, "a sociedade civil, constituída por organizações sem fins lucrativos e cidadãos, é um pilar fundamental na luta contra a corrupção". Para a Secretaria da Função Pública do México, o cidadão "tem a obrigação moral de denunciar as situações que observa ou tem conhecimento de primeira mão sobre possíveis atos de corrupção". Posição semelhante da direção jurídica da Controladoria Geral do Equador, para a qual "o cidadão, como maior prejudicado pela corrupção, deveria desenvolver atividades com o objetivo de eliminar a corrupção mediante a denúncia de casos concretos". O argentino Abel de Rozas diz que na última década ocorreu uma conscientização crítica no país, o que gerou maior reação da sociedade com relação à corrupção pública: "fatos que há dez anos poderiam ser escandalosos, a opinião pública deixou passar ou não reagiu com energia. Agora esses atos são menos aceitos e tolerados, desde o ponto de vista da sanção pública ou política".

Lopez e Santos, do Tribunal de Contas de Honduras, afirmam que "o cidadão é essencial para as estratégias de combate à corrupção". Para eles, o cidadão dispõe de uma ferramenta importante, que é a denúncia pelos meios escrito, verbal e eletrônico: "o importante é que o cidadão sinta confiança em apresentá-la e tenha certeza de que receberá uma resposta".

Ricardo Gil, do Uruguai, reconhece que faltam mecanismos claros para que o cidadão comum possa denunciar atos dessa natureza. Para o boliviano Osvaldo Ortiz as denúncias recebidas pela Controladoria Geral confirmam a importância do cidadão no combate à corrupção: "é necessário que os cidadãos se unam contra a corrupção, já que ela afeta tanto o governo como o povo como um todo". Ele acrescenta que é preciso criar frentes de emprego, melhorar salários, investimentos e exportações, além de diminuir os níveis de pobreza.

ENTREVISTA

Maria Clara Cavalcante Bugarim - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade



Maria Clara Bugarim entrou para a história do Conselho Federal de Contabilidade como a primeira mulher a ocupar a presidência do órgão em 60 anos de existência da instituição. Ela é bacharel em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Direito. Possui pós-graduação em Auditoria, Administração de Recursos Humanos e mestrado em Controladoria e Contabilidade pela Universidade de São Paulo. A presidente do CFC, que tomou posse em janeiro de 2006, é professora de Ciências Contábeis da Universidade de Fortaleza. Em Alagoas, Maria Clara exerceu as funções de auditora geral, diretora financeira do Instituto de Previdência, funcionária do Tribunal de Contas do Estado e presidente do Conselho Regional de Contabilidade.

Pre\$tando Conta\$ - Conte-nos um pouco sobre a experiência de ser a primeira mulher a presidir o CFC.

Maria Clara - Os desafios me atraem. Fui a primeira mulher a presidir o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas e a primeira mulher a ser auditora-geral do Estado de Alagoas. No CFC, ser a primeira presidente mulher representa, sim, um misto de responsabilidade e orgulho. Ao mesmo tempo em que sinto um orgulho muito grande por chegar a essa posição entre tantos profissionais, sei que a minha responsabilidade aqui vai mais adiante, pois além dos 390 mil profissionais que estamos sempre evidenciando, ainda temos um compromisso extremamente grande com os 35% de mulheres que compõem essa classe.

Pre\$tando Conta\$ - O que a senhora pretende priorizar enquanto estiver ocupando um dos cargos mais importantes da área contábil brasileira?

Maria Clara - São muitos os projetos desenvolvidos pelo CFC. Citarei alguns, contidos em três programas que considero especiais - Programa de Educação Continuada, Programa de Excelência na Contabilidade e Programa de Fiscalização. O Programa de Educação Continuada traz como escopo a fiscalização preventiva, protegendo a sociedade e valorizando os profissionais por meio da melhoria na qualificação e no desempenho das suas funções, destacando-se o projeto "Contabilizando o Sucesso", que desde a sua implantação capacitou e formou mais de 1.668 profissionais, transferindo-lhes conhecimento e tecnologia compatíveis ao exercício profissional moderno, com foco em um modelo voltado à assessoria de gestão, preparando esses profissionais a tornarem-se verdadeiros consultores e qualificando-os para a participação efetiva na tomada de decisão nas organizações para as quais trabalham, principalmente nas pequenas e médias empresas. Com relação ao Programa Excelência na Contabilidade, que, inicialmente, tinha como principal escopo o incentivo aos cursos de especialização, cumprida essa etapa, agora daremos ênfase à implementação de cursos de mestrado e doutorado, procurando assim contribuir com a titulação dos professores de Contabilidade na busca de uma melhora acentuada na formação dos futuros profissionais, além de possibilitar maior avanço nas pesquisas da ciência contábil. O Programa de Fiscalização Nacional integra a finalidade institucional precípua, que é a Fiscalização do Exercício Profissional. Nesse sentido, pretendemos promover o recadastramento nacional dos profissionais, oportunidade em que estaremos renovando as carteiras profissionais, adequando-as às novas práticas tecnológicas, inserindo a certificação digital; realizaremos um projeto de pesquisa nacional para traçar o perfil do profissional da Contabilidade e assim procurarmos atender com maior presteza as suas demandas.

Pre\$taando Conta\$ - Como professora, como a senhora vê a formação dos profissionais de contabilidade no Brasil?

Maria Clara - O Brasil tem, atualmente, mais de 900 faculdades que ministram o curso de Ciências Contábeis. Esta proliferação dos cursos no País é realmente preocupante. Infelizmente, com a sustação temporária do Exame de Suficiência, perdemos a referência para análise da qualidade do nosso ensino, já que o Exame nos possibilitava uma radiografia e, conseqüentemente, um mapeamento das maiores dificuldades apresentadas pelos egressos de todos os cursos, já que a aprovação no Exame era premissa para o registro profissional e o seu exercício. No entanto, nesse auditoria e que, logicamente, trouxeram à tona discussões sobre ética e os prejuízos que as empresas têm com a corrupção. Sem dúvida, a imagem dos contadores que trabalham na área de auditoria em nível mundial ficou abalada. É bom lembrar que a falta de ética no ambiente corporativo traz prejuízos ainda difíceis de serem mensurados, já que o prejuízo maior é para a sociedade. É bem verdade que, a par dos dissabores, esse fatos serviram para mostrar a importância do profissional da Contabilidade e, principalmente, daqueles que trabalham com auditoria. No Brasil, tem-se procurado por intermédio da implementação de alguns projetos da Comissão de Valores Mobiliários em parceria com o CFC, e agora com a adesão do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, tais como, Exame de Qualificação Técnica, Controle de Qualidade Interno e Externo das empresas de auditoria e Programa de Educação Continuada, amenizar esses problemas.

Pre\$taando Conta\$ - Como está o mercado de trabalho para contadores no Brasil?

Maria Clara - O mercado de trabalho para o profissional da contabilidade caracteriza-se como um dos mais amplos, haja vista que a informação contábil é indispensável no processo de gestão das organizações e no mundo dos negócios de um modo geral. Com sistemas informatizados, utilizando-se técnicas matemáticas e estatísticas, comunicando-se em vários idiomas e expressando-se seus valores em diferentes moedas, o contador deste início de terceiro milênio apresenta um perfil profissional totalmente diferente do tradicional. Mais do que "fechar balanços", preencher formulários de imposto de renda e executar auditorias e perícias, o novo contador é um elo fundamental na cadeia da modernidade, em constante busca da eficiência e da qualidade.

ENTREVISTA

Maria Clara Cavalcante Bugarim - Presidente do Conselho Federal de Contabilidade

Pre\$taando Conta\$ - Quais as perspectivas para os profissionais da área?

Maria Clara - A globalização e a evolução tecnológica abriram o mercado internacional para o contabilista.

Com a globalização, um novo perfil do profissional contábil - mais flexível, estudioso e preparado para conhecer as minúcias da profissão não apenas em nível nacional, mas também internacional, surgiu. A questão relacionada com a internacionalização da contabilidade já vem despertando o interesse de alguns cientistas contábeis para um estudo mais elaborado que atenda às dificuldades e às inovações surgidas a cada dia para acompanhar a rapidez na qualidade das informações.

Pre\$tando Conta\$ - Fale-nos sobre o Projeto de Lei do Exame de Suficiência.

Maria Clara - O Projeto de Lei nº 2.485/03 está na listagem de pauta de votação no Congresso Nacional. O CFC, por meio de sua Assessoria Parlamentar, de sua diretoria e de seus conselheiros, vem se empenhando com as lideranças daquela Casa para que a matéria seja analisada pelos parlamentares, no sentido de que o veto presidencial (Veto nº 34/05 seja derrubado, uma vez que o argumento utilizado pelo Executivo foi objeto de um item do projeto excluído anteriormente pelo Congresso Nacional.

Pre\$tando Conta\$ - A que fatores credita a oposição de alguns setores ao Exame?

Maria Clara - A ação popular para a suspensão do Exame foi no sentido de que o mesmo não está previsto no Decreto-Lei nº 9.295/46, de criação dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade e que ele foi instituído por uma Resolução do CFC, sendo que na opinião do magistrado esta não tem força de lei.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a importância do Exame?

Maria Clara - Primeiramente, é importante colocar que a aplicação do Exame foi amplamente discutida pela classe contábil, o que levou alguns anos. A importância da aplicação do Exame veio da necessidade decorrente do interesse da sociedade em resguardar a qualidade dos serviços prestados aos seus usuários e do atendimento de um nível mínimo de conhecimento necessário ao desempenho das atribuições deferidas aos contabilistas.

Pre\$tando Conta\$ - Qual a participação feminina na área contábil?

Maria Clara - Hoje, não só na área contábil como em todas as áreas profissionais, a presença feminina se faz cada vez mais acentuada. Na área contábil, esta presença se faz em todo o território nacional. Na região Norte ela representa 46%, na região Centro-Oeste, 37%, na região Nordeste, 39%, na região Sudeste, 35% e na região Sul 36%. Assim, num total de 396.572 registros no sistema, 251.865 são masculinos e 144.707 femininos.

Pre\$tando Conta\$ - E sobre a reformulação do Decreto que criou o CFC ?

Maria Clara - A reformulação do Decreto-Lei nº 9295/46 é uma aspiração da categoria contábil e, particularmente, neste ano em que se comemoram os 60 anos da criação do CFC, possui uma característica especial: a de trazer a atualização, a renovação, de forma amplamente participativa, a partir do amadurecimento e do fortalecimento institucional.

Pre\$tando Conta\$ - Como está o andamento do anteprojeto?

Maria Clara - O Decreto-Lei nº 9.295/46 não acompanhou, em 60 anos de história, os processos evolutivos das demais legislações brasileiras, deixando lacunas nos dispositivos que regulamentam a profissão contábil. Para suprir essas lacunas, foi criada pelo CFC uma Comissão Nacional para elaborar um anteprojeto de reformulação do Decreto-Lei. Além de contemplar as mudanças históricas, esse anteprojeto terá por foco a promoção de avanços na legislação contábil, com destaque para os direitos e deveres dos contabilistas. Atualmente, todos os Conselhos Regionais de Contabilidade estão discutindo as propostas para apresentar sugestões ao anteprojeto. Posteriormente, para dar ampla transparência aos trabalhos, o CFC, mediante audiência pública, colocará à disposição da classe contábil e de todas as entidades contábeis um espaço para sugestões. A previsão é de que o anteprojeto de lei ordinária seja apresentado no Congresso Nacional no primeiro semestre de 2007.

Pre\$tando Conta\$ - Deixaria uma mensagem para os profissionais de contabilidade?

Maria Clara - A mensagem é de otimismo, já que a cada ano avançamos mais um pouco e, ao olharmos para os 60 anos passados, verificamos o quão importante é o nosso papel frente aos anseios da sociedade, e é por meio da Contabilidade que as gestões, públicas ou privadas mais transparentes, oportunizam ao cidadão comum uma participação mais efetiva na vida da nossa nação, é com a Contabilidade que podemos mostrar o quanto as diversas organizações estão preocupadas com a responsabilidade social. Devemos nos orgulhar da Ciência que abraçamos e buscamos as possibilidades que essa ciência social nos permite contribuir para uma sociedade mais justa e mais igualitária. Por isso, conclamo a todos os colegas profissionais da Contabilidade a nos engajarmos em uma grande luta pela ética, participando ativamente das entidades de classe para fazermos ouvir a nossa voz e assim transformar o fazer contábil em uma arma de cidadania.

Setor de TI discute no Rio compras públicas em informática

As chamadas compras públicas respondem, no Brasil, por significativos 40% do mercado de softwares e serviços de Tecnologia da Informação (TI), informa a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet (Assespro). A demanda governamental por soluções nesta área é grande, mas empresários e representantes do setor de informática demandam regulação e maior utilização desse "poder de compra" por parte dos governos.

Pautado pelos estímulos reivindicados pela categoria, este foi um dos destaques do recente "Seminário sobre Compras Públicas e Serviços de TI", promovido no Rio de Janeiro por conta dos 30 anos da Assespro. O evento durou apenas um dia, mas as discussões que movimentam a área prometem se prolongar, como a realização de pregões para a aquisição de programas de informática, uma das polêmicas da área. No evento realizado no auditório do BNDES, um estudo jurídico sobre os critérios utilizados em compras públicas de software e serviços correlatos foi apresentado e distribuído pela primeira vez, editado em forma de caderno. Autores do parecer, os advogados Marco Túlio Castro e Deana Weikersheimer partem da natureza jurídica dos programas de computador para chegar ao panorama do procedimento licitatório no setor, à análise de projetos de lei relevantes na área e à proposição de adequação e alterações legislativas neste âmbito.

Artigos da legislação vigente que tangem a questão são enumerados por Deana Weikersheimer, como as leis gerais de licitação - 8.666/93, 10.520/02 (pregão) e 5.450/05 (pregão eletrônico) -, as leis de licitação em informática (Lei 8.248/91 e Decreto 1.070/94) e a Lei de Software (Lei 9.609/98). "Uma das perguntas a ser respondida é a seguinte: software é serviço ou produto?", questiona a jurista. "A natureza jurídica do software é de direito autoral, portanto não deve haver, legalmente, compra e venda desse tipo de programa, e sim licenciamento". Por outro lado, adverte, a jurisprudência existente para aquisições em informática não faz distinção entre hardware e software, generalizando dessa forma o software como produto.

Túlio Castro diz que isso leva à descaracterização da natureza jurídica do software e das empresas de software enquanto prestadoras de serviço. Para ele, os critérios de julgamento em matéria de aquisição precisam ser revistos e a utilização do pregão para softwares não deveria ser aceita. Marcus da Silva, advogado da Assespro-RS, concorda. "O pregão causa uma série de problemas jurídicos e estratégicos para o setor. Em Santa Catarina, por exemplo, o poder executivo não compra mais software dessa forma, e isso deve ter um efeito dominó em outros estados", diz. Deana lembra que toda esta "confusão legal" leva administrações públicas, de forma equivocada, a registrar contabilmente o software licenciado como ativo imobilizado. "Ou a gente observa a lei ou a gente muda", ressalta. As interpretações emitidas no estudo dos juristas, porém, não são unânimes. Roberto Agune, ex-coordenador do Sistema Estratégico de Informações da Casa Civil de São Paulo e atual diretor da Fundação do Desenvolvimento Administrativo do Estado, por exemplo, acredita que o pregão eletrônico é um bom caminho para a compra de software.

A questão dos softwares livres também não é consenso na área. Especialistas advertem que o software livre não é necessariamente gratuito, mas um programa com o código-fonte aberto. Para Letícia Batistela, consultora jurídica da Assespro-RS, o programa é visto como um ataque frontal às grandes corporações, mas prejudica também pequenas e médias empresas. "A determinação ou indicação de uso do software livre é gritantemente inconstitucional, por eliminar o quesito da livre concorrência", reforça Letícia.

Não é o que pensa Tereza Porto, presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEP) e do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj). "Acho que o uso do software aberto não inibe a participação da iniciativa privada. Há inclusive um parecer da FGV indicando a preferência pelo programa livre", diz. Sobre licitações, Tereza afirma que a aquisição só por "técnica" não condiz com a realidade do poder público, que convive com orçamentos fechados e apertados. "Uma das grandes questões é a definição exata do que se quer contratar", lembrando que audiências públicas são possíveis e que não seriam necessárias grandes mudanças nas leis, em sua opinião, para melhorar o andamento das compras públicas.

O ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), anunciou em julho a criação da Secretaria de Fiscalização de Tecnologias da Informação. "O TCU não dá normas, mas é responsável por interpretar os seus meandros", explica o ministro. Nardes apóia mudanças no governo para que pequenas e médias empresas possam competir em eqüidade com grandes corporações. Interlocutor da Assespro no Congresso, o deputado federal Júlio Semeghini (PSDB-SP), líder da Frente Parlamentar de Informática, alerta que o Brasil está entre os maiores em TI do mundo, mas ainda não dá o reconhecimento devido ao software. "Não temos, na prática, usado todo o poder de compra para incentivar e consolidar o mercado", avalia.

ESTANTE

A regência de números que movem o mundo



Maestro: como Alan Greenspan comanda a economia americana e mundial

Bob Woodward

Rio de Janeiro:

Campus, 2001. 326 p.

Bob Woodward, editor-executivo do jornal americano Washington Post, pontuou seus mais de 30 anos de experiência jornalística com a autoria de cultuados best-sellers de não-ficção. Entre essas publicações, o clássico Todos os Homens do Presidente, inspiração para filme homônimo, que devassou o escândalo de corrupção responsável por tirar Richard Nixon da Casa Branca em 1974, no chamado caso Watergate. Alan Greenspan, hoje com 80 anos, ocupou por 17 um dos cargos mais importantes para os rumos da economia mundial: o de poderoso chairman do Federal Reserve (FED), o Banco Central americano. Figura notória e enigmática, tornou-se um mito. Ou um maestro, nas palavras de Woodward, que traçou um rico perfil de Greenspan e da maior parte de sua "era" em livro publicado originalmente em 2000. Em Maestro - como Alan Greenspan comanda a economia americana e mundial já estava prevista inclusive a saída do economista da presidência do FED, em 2004.

Greenspan foi substituído por Ben Bernanke, que hoje tenta despersonalizar as decisões do FED, em meio ao legado do seu antecessor. "Você realizou um ótimo trabalho, em uma época em que não havia manuais de orientação", disse Bill Clinton a Greenspan, certa vez, em declaração citada no livro de Woodward. Outros o abonaram igualmente. "Ele tem mais bom-senso do que qualquer outra pessoa do Federal Reserve que eu conheça", comentou o ex-presidente americano Gerald Ford. "Em minha opinião, é o único a quem podemos recorrer", foi a opinião do secretário do Tesouro dos EUA no governo de Ronald Reagan, James A. Baker III, em 1987 à época da renúncia do precursor de Greenspan, Paul Volcker. Naquele período começou a chamada Era Greenspan, que resistiu a várias trocas de ocupantes da Casa Branca.

Woodward conduz a sua narrativa a partir das negociações que levaram o nome de Greenspan a ser indicado e referendado por Reagan, o que identificou como epopéia intelectual do mais célebre líder do FED, mencionado por expressões como "falcão antiinflacionário" e "condutor da preeminência econômica dos Estados Unidos". Para o jornalista, Greenspan foi um dos primeiros a se dar conta do potencial vertiginoso da nova economia centrada na alta produtividade, fundamento do surto da prosperidade americana nos anos 90. Woodward faz um relato cronológico farto em detalhes de bastidores, que fascina pela possibilidade de se conhecer a dinâmica interna de decisões que muitas vezes podiam afetar o mundo todo. Segundo o autor, a essência da obra resultou da consulta a cerca de 100 fontes, que concordaram em dar informações desde que não fossem identificadas. Um glossário de termos técnicos, notas explicativas e um índice alfabético, além de fotos e tabelas, enriquecem o livro.

Episódios reveladores vêm à tona no decorrer das páginas. Um deles foi o pedido feito por Greenspan em 1991 ao então secretário de Defesa, Dick Cheney (hoje vice-presidente dos EUA), seu amigo pessoal, para ser informado com antecedência do início das operações da guerra no Golfo Pérsico, em virtude do impacto potencial sobre os preços do petróleo. Era época de forte desaceleração da economia americana e Cheney lhe transmitiu informações altamente confidenciais. Woodward lembra também a preferência de Greenspan, ainda que contida, pela reeleição de Bush em 1992, impedida pela vitória democrata de Clinton.

Apesar dos envolvimento às vezes inevitáveis com a área política, Greenspan procurava manter posturas isentas. "O FED deve ser tão transparente quanto qualquer órgão do governo. Não é aceitável numa sociedade democrática que um grupo de indivíduos não eleitos se invista de importantes responsabilidades sem estarem abertos ao pleno escrutínio público e à completa prestação de contas por suas ações", disse em 1996. Sua "maestria" redundou em sutil transferência de poder político ao chairman do FED. E os quase 20 anos no cargo constituíram exemplo didático de consolidação do poder em instituições. Greenspan é descrito como um mago da matemática e alguém disposto a experimentar, mesmo a partir de conceitos sem respaldo na teoria econômica.

"Diferentemente de muitos economistas, ele nunca foi induzido por regras ou movido por teorias. Em vez disso, é impulsionado por dados e informações", escreve Woodward. O semblante imperscrutável e o dom de confundir audiências são também delineados como traços marcantes, ao lado, porém, de uma insistente insegurança. "Se você não estiver nervoso, este não é o seu lugar", era sua máxima sobre o trabalho no FED. Com nervosismo ou insegurança, o fato é que sua administração tornou-se de tal maneira referência que, nos últimos anos do seu mandato, eram raras as pessoas que reuniam coragem para criticá-lo em público. E o livro de Woodward, figura também já mítica, retratada em filme, mostra bem os motivos.

Controle interno ajuda na prevenção de fraudes



Controlar é verificar o andamento dos trabalhos e realizações em comparação com aquilo que se tinha em vista - objetivos, metas, orçamentos, etc. E, quando algo que se comporta de modo inadequado ao previsto é detectado, são tomadas medidas de correção de rumo. Estes são pressupostos do controle interno, instrumento usado em organizações privadas e públicas para gerenciar atividades e riscos, normalmente

mediante análise e comparação de números. Além de contribuir para o bom funcionamento da instituição, o controle interno ajuda a prevenir e identificar fraudes contábeis e outros ilícitos, como lavagem de dinheiro. Esta é uma prática que vem sendo cada vez mais valorizada, cobrada e aperfeiçoada, em nome da ética e dos bons negócios.

De acordo com Márcia Klinke, diretora da área de prevenção e investigação de lavagem de dinheiro da KPMG no Brasil, eliminar completamente a ocorrência de crimes financeiros é difícil, mas a adoção de controles internos por parte das empresas pode mitigar consideravelmente o risco. Ela explica que empresas e instituições financeiras têm adotado programas de gerenciamento para monitorar atividades fora dos padrões e evitar que seus produtos e serviços sejam utilizados na prática dos chamados "crimes modernos". Gerente-sênior da área de Gestão de Riscos Empresariais da Deloitte, Gilberto de Souza confirma que as empresas, notadamente as instituições financeiras, têm desenvolvido várias ferramentas gerenciais e estruturas de controles internos para prevenção e detecção de transações com suspeitas de lavagem de ativos ou dinheiro, assim como fraudes contábeis. "A primeira percepção que as empresas têm para desenvolver essas ferramentas é o próprio histórico de perdas que essas transações provocam nas instituições. Fraudes eletrônicas, fraudes documentais e lavagem de dinheiro provocam perdas às vezes de difícil reparação, não apenas aos lucros, mas também à imagem da empresa perante o mercado", diz. Para minimizar a ocorrência de transações suspeitas, as grandes empresas têm desenvolvido sinalizadores de risco: alertas - eletrônicos ou não - de detecção. "A partir desse alerta, são acionadas áreas responsáveis por rastrear, com base em indicadores de comportamento, se a transação identificada é mesmo um caso com fortes indícios de lavagem de dinheiro. Se houver confirmação, as empresas podem tomar várias ações, que vão desde a comunicação com a contraparte que realizou a transação, para esclarecimentos, até a informação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda que investiga lavagem de dinheiro", explica Souza.

O gerente da Deloitte ressalta, porém, que o sucesso das ações depende muito de políticas para disseminar dentro da organização uma cultura voltada à ética e à transparência das informações. Ele destaca que as empresas de auditoria têm papel importante no processo, pois revisam a estrutura de controles internos de forma independente e testam, através de seleção de transações, a suficiência dessa estrutura. O fraudador, segundo Souza, em geral também se utiliza de 'testes': "usa dados, informações ou mesmo documentos falsos para iniciar uma transação ilegal, e verifica se essa operação é detectada pelos controles. Caso não seja, ele tira benefício. Além disso, profissionais internos por vezes são coniventes. Uma estrutura rígida de segregação de funções previne estes desvios".

Um dos casos mais comuns de fraude interna é a centralização de responsabilidades dentro de uma organização. "Se um profissional consegue cadastrar o recebimento de um bem adquirido em nome da empresa e depois comandar o seu pagamento, ele potencialmente tem possibilidade de adulterar a quantidade adquirida e fazer o pagamento transferindo o recurso para uma conta fria, para depois liquidar a obrigação com o fornecedor e embolsar a diferença", frisa Souza. "Então, por definição, quem operacionaliza compras de materiais não pode ter alçada para comandar pagamentos em nome da empresa. E é boa prática de governança sempre realizar pagamentos com autorização de dois profissionais", acrescenta. A tecnologia costuma auxiliar o fraudador caso os sistemas da organização que ele pretende fraudar não possam bloquear seu acesso indevido. Presidente da Câmara-e.net e membro da Infra-estrutura de Chaves Públicas do Brasil (ICP-Brasil), Manuel Matos afirma que a evolução da tecnologia e a tendência crescente a transações eletrônicas ajudam a melhorar os controles de riscos e a prevenir as fraudes contábeis. "Há ferramentas precisas. Uma das principais é a Certificação Digital, uma infra-estrutura brasileira já incluída no Código Civil, que identifica na corporação quem realizou cada operação". Ele destaca, ainda, que login e senha não tinham validade jurídica, enquanto a chave pública - instituída pela MP 2.200, de 2001 - tem. Para difundir essa conduta, a Câmara-e.net elegeu 2006 como o ano da Cidadania Digital.

Expediente:

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Otavio Leite

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Prestando Conta\$

Edição: Sonia Virgínia Moreira

Pauta: Graça Louzada

Redação: Janaína Soares e Thiago La Vega

Editoração: Gabriel Campano

Ilustração: Zope

Versão Online: Renato Gomes